

11 JAN 1988

Caminho Convencional

Dinda
Ext

Os novos negociadores brasileiros da dívida externa devem partir de princípios muito simples e claros: o desastre da moratória em que as ambições políticas lançaram a economia brasileira não abre mais nenhum espaço para aventuras fora das regras internacionais de jogo, ou parâmetros que a comunidade financeira — e não só Brasília — considere normais.

É uma lástima para as brasileiras e os brasileiros terem que admitir o tempo perdido e o descrédito, a falta de confiança e até mesmo a suspeita com que o exterior considera hoje o país, muitos dos seus mais altos dirigentes e seu povo. Este é o produto concreto da moratória iniciada pelo gabinete econômico dirigido pelo ministro Dilson Funaro e embalado por ambições megalômanas, cujas raízes remontam à alta carga ideológica que polarizou a esquerda do PMDB.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, sabe perfeitamente quais os parâmetros internacionais para a renegociação e deve ter instruído o presidente do Banco Central para afastar quaisquer tentativas de influência dos meios que transformaram todo o quadro da dívida externa em arena para a hostilidade ao capital estrangeiro e a ojeriza, a má vontade proposital contra instituições multilaterais, como o FMI. Não estamos chegando à recessão e ao desemprego pela mão desses órgãos, ou forçados pelos bancos, mas pela moratória — entre outros fatores de má gestão econômica.

É preciso considerar, também, que as tentativas atuais de adotar modelos importados de outros países menos desenvolvidos que o Brasil, e de economias menores, esbarram em diferenças de comportamento e em precedentes históricos. Ape-

nas para mencionar alguns números, quando em Brasília os radicais de esquerda execravam os modelos de conversão de dívida em investimentos, o México iniciava o ano com perspectivas de conversão de cerca de 500 milhões de dólares, espalhados por um leque de instituições americanas e européias. Esse país realizou 42 operações de conversão em 1986, no valor de 616 milhões de dólares.

Um estudo do Diretor do Departamento de Mercado de Capital da IFC, de Washington, apresentado na 12ª Conferência da Organização Internacional das Comissões de Valores no Rio, em setembro passado, mostrava que, se fossem adotadas políticas para estimular o desenvolvimento dos mercados de ações em oito países da América Latina, estes poderiam crescer de 56 para 344 bilhões de dólares, facilitando os programas de conversão de dívida e contribuindo para aumentar os investimentos produtivos.

Todas as perspectivas que se poderiam considerar inovadoras foram frustradas pela intolerância, a empáfia, a falta de cultura e a literal burrice que produziu até um projeto de lei no Congresso, fechando ainda mais as portas ao capital estrangeiro, ou simplesmente batendo as portas nas faces dos banqueiros que sinalizavam com mais flexibilidade no exterior. Tudo isso obriga o Brasil aos caminhos convencionais do entendimento, os únicos que, agora, podem aos poucos recompor a imagem do país, abrindo lentamente perspectivas para a mudança de um cenário que pintou toda a sociedade como inadimplente, e todos os brasileiros como potenciais caloteiros, por culpa da aventura em que uns poucos os empurraram.